

Impresso
Especial

9912208497

Instituto dos
Advogados MG

...CORREIOS...

informativo IAMG

Publicação do Instituto dos Advogados de Minas Gerais Ano 7 Número 42 Janeiro, Fevereiro e Março de 2012

José Anchieta encerra gestão marcada por dinamismo e muitas realizações



A notícia comentada por
Aristoteles Atheniense,
advogado, membro do conselho
superior do IAMG e conselheiro
nato da OAB

Página 3

Entrevista: presidente eleito,
Luiz Ricardo Gomes Aranha,
revela suas principais metas
frente à presidência do
Instituto no triênio 2012/2015

Páginas 4 e 5

Artigo: “Novo mandato, novos desafios,
mas a mesma missão” por Felipe
Martins Pinto, professor adjunto de
Direito Processual Penal na Faculdade
de Direito da UFMG

Página 12

editorial

O IAMG a caminho de seu centenário

ÉLCIO PARAÍSO

A Casa de Mendes Pimentel, que é também de Milton Campos, de Pedro Aleixo, de Caio Mário, de Raul Machado Horta e tantos outros pró-homens das carreiras jurídicas em Minas Gerais está se preparando para a celebração de seu centenário.

A gestão cujo mandato chega ao fim está segura da contribuição que deu nesta caminhada. O momento é de agradecimento aos nossos associados, às nossas seccionais, de Uberaba e Juiz de Fora, às quais se somam as de Uberlândia, Montes Claros e Vale do Aço-Ipatinga (e em breve a do Sul de Minas), aos nossos parceiros e prestadores de serviços.

Dentre as nossas realizações se destacam os programas de “Cinema e Direito”, várias vezes repetido. Dele se serviu o Instituto, para realizar o desagravo à família dos irmãos Naves, na exibição da película “O Erro Judiciário de Araguari”; o bem criado “Causus e Causídicos” também várias vezes repetido, com o qual se prestou homenagens a velhos advogados, contando suas histórias e propiciando a criação de acervo documental único do gênero. Os almoços de debate do temário “Reforma Política”; os cafés sobre “Direito Minerário”.

Foi criada a “Bandeira” do Instituto e concebeu-se a sua “Comenda Oficial”, anualmente outorgada aos expoentes das carreiras jurídicas nas categorias: Advocacia, magistratura, magistério jurídico, ministério público, polícia judiciária, servidor de justiça e homenagem especial.

Mantendo-se a edição anual da Revista, re-fundada por Raul Machado Horta, prosseguiu-se na edição do Boletim Informativo, de um site informativo e um Boletim Eletrônico expedido a cada quinzena, de modo que a inteiração com os associados se dá, desde então, de maneira ágil e permanente.

Fiel à tradição de não descurar das celebrações de temas

jurídicos, foram vários os seminários e congressos, em regime de parcerias, merecendo destaques: - o “Seminário Sobre a Segurança Pública”, em parceria com a AC-Minas (2006), o “Seminário sobre os Vinte Anos da Constituição da República” em homenagem ao Professor Raul Machado Horta (2008); “Seminário de Direito Econômico” (2008); “Seminário Internacional de Ciências Criminais” em parceria com o IBCRIM (2009); “Seminário sobre o Direito Eleitoral”, em parceria com a Assembléia Legislativa de Minas (em 2010); cinco edições do Congresso de Direito Processual em Uberaba (2007 a 2011) – cujo crédito é da seccional; participação em dois Congressos Nacionais da Advocacia, realizados pelo Conselho Federal da OAB, com sessões especiais do Colégio de Presidentes, em Natal-RN (2008) e em Curitiba-PR (2011). Participou ainda o Instituto, por delegação do Conselho Federal da OAB, do Fórum Social Mundial em Belém-PA (2008) e da sessão solene dos Colégios e Ordens de Advogados do Mercosul, em San Isidro, na Argentina (2008); do Congresso da Advocacia de Língua Portuguesa em Lisboa (2010), fazendo pronunciamentos ou palestras.

Tanta realização só foi possível graças às parcerias, destacando-se, além das já citadas: com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; com os jornais ‘O Tempo’ e o ‘Estado de Minas’; com a Livraria Del Rey; com o Automóvel Clube de Minas; com a Faculdade de Direito Newton de Paiva; com a Câmara de Arbitragem Empresarial Brasil – Camarb.

O Instituto de Minas venceu fronteiras, sendo decisiva sua participação na criação do “Colégio de Presidentes”, movimento criado para tratar da pauta comum das instituições congêneres e que já evoluiu para ser ente personalizado e colaborar na representação junto às autoridades, levantando as bandeiras de responsabilidade da co-



José Anchieta da Silva – Presidente do IAMG

munidade jurídica brasileira. Minas continua, portanto, exercitando a sua missão inconfidente. Esse Colégio, inicialmente presidido pelo IASP, e depois, por dois anos pelo IAMG é agora presidido pelo IABahia e já produziu as seguintes publicações: ‘Ensino Jurídico’, ‘Valorização da Advocacia’, o ‘Projeto de novo CPC’. Assumi posições e publicou notas a respeito: da ‘PEC dos recursos ou PEC Peluso’; ‘Em defesa do Exame de Ordem’; ‘Em defesa do CNJ’. No seu âmbito criou-se a ‘Medalha de Santo Ivo’ e já pôs em andamento o ‘Projeto Diagnóstico’ visando conhecer a realidade dos demais institutos no Brasil.

O Instituto liderou o movimento denominado “Affonso Penna precisa voltar para casa”. Assim, pós a celebração do centenário daquele que criou duas vezes o Curso de Direito em Minas (em Ouro Preto e em Belo Horizonte) foi possível o traslado dos restos mortais do presidente e de seu mausoléu, para sua terra natal (em 2009). No Memorial do Presidente o Instituto obteve a criação da sala Affonso Penna Junior, este um dos criadores do IAMG, na memorável reunião de 7 de março de 1915.



IAMG - FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1915
RUA GRÃO PARÁ, 737 CONJ. 301, SANTA EFIGÊNIA - BELO HORIZONTE, MG - CEP: 30150-340 - TELEFAX (31) 3241-1226

www.iamg.org.br - iamg@iamg.org.br

DIRETORIA: Presidente: José Anchieta da Silva; Vice-Presidente: Luiz Ricardo Gomes Aranha; 1º Secretário: José Brígido Pereira Pedras Júnior; 2º Secretário: Leonardo de Faria Beraldo Tesoureiro: Wellington Luzia Teixeira. **CONSELHO SUPERIOR** (membros vitalícios): Décio de Carvalho Mitre, Fernando Andrade Ribeiro de Oliveira e Celso Cordeiro Machado. **CONSELHO SUPERIOR:** Aristoteles Dutra de Araújo Atheniense, Eugenio Klein Dutra, Orlando de Oliveira Vaz Filho, Carlos Mário da Silva Velloso, Adhemar Ferreira Maciel e Osmar Barbosa. **COMISSÃO DE SELEÇÃO:** Ricardo A. Malheiros Fiuzza, Lúcia Massara e Maria Isabel Vianna de Oliveira Vaz. **CONSELHO FISCAL:** Titulares: Raul de Araújo Filho, Maria Beatriz Conde Pellegrino e Antonio Augusto Mercêdo Moreira. Suplentes: Aroldo Plínio Gonçalves, José Marrara e Evandro França Magalhães. **REVISTA DO IAMG:** Ricardo A. Malheiros Fiuzza e Leonardo de Faria Beraldo.

DEPARTAMENTOS DO IAMG: Direito do Consumidor: Alexandre Brígido de Alvarenga Pedras; Direito de Tecnologia da Informação: Sérgio Henrique Zandoná de Freitas; Direito Eleitoral: Antônio Ribeiro Romanelli; Direito Civil: Dilvanir José da Costa (Dir. Adjunto: Humberto Agrícola Barbi); Teoria do Direito: Fernando José Armando Ribeiro (Dir. Adjunto: Juez Monteiro de Oliveira Júnior); Direito Ambiental: Gustavo Brígido de Alvarenga Pedras (Dir. Adjunto: José Arthur de Spirito Kalli); Direito Processual Penal: José Barcelos de Souza (Dir. Adjunto: Luciano Santos Lopes); Direito Processual Civil: Luiz Fernando Valladão Nogueira (Dir. Adjunto Bruno Cesar Fernandes); Direito Tributário e Financeiro: Dalmar do Espírito Santo Pimenta (Dir. Adjunta Alessandra Machado Brandão Teixeira); Direito Constitucional: Juliana Campos Horta (Dir. Adjunta Patrícia Henriques Ribeiro); Direito Internacional: Antonio Marcos Nohmi; Direito Empresarial: Luciana Diniz Nepomuceno (Dir. Adjunto: Jean Carlos Fernandes); Direito de Família: Luis Fernando Valladão Nogueira (Dir. Adjunto: Sofia Miranda Rabelo); Direito Administrativo e Agrário: Maria Coeli Simões Pires (Dir. Adjunto Luciana Moraes Raso Sardinha); Direito do Trabalho: Maurício Martins de Almeida (Dir. Adjunto Paulo Araújo); Direito Penal: Odilon Pereira de Souza (Dir. Adjunto: Felipe Martins Pinto); Direito das Minas e Energia: William Eduardo Freire; Propriedade Intelectual: Hildebrando Pontes Neto; Direito Municipal: José Nilo de Castro; Direito Previdenciário: Marcelo Barroso Lima Brito de Campos (Dir. Adjunto Dinorá Carla de Oliveira Rocha Fernandes); Direito Econômico: Nilson Reis; Direito à Comunicação: Rogério de Vasconcelos Faria Tavares.



INFORMATIVO IAMG: Órgão de divulgação do Instituto dos Advogados de Minas Gerais | Jornalista Responsável: Sérgio Stockler (MTb 5.741 - MG) | Redação: Pollyanna Alcântara | Tiragem: 3.000 exemplares | Periodicidade Trimestral | Distribuição Gratuita

A notícia comentada

A polêmica sobre o poder do CNJ para investigar juízes

No final do ano passado, o ministro Marco Aurélio de Mello decidiu pelo STF (Supremo Tribunal Federal) ao deferir uma liminar que inviabilizava a atuação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) – órgão que passou os últimos meses denunciando ações suspeitas de magistrados. A decisão foi tomada levando em conta a ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), na qual a entidade contestava o poder do CNJ para instaurar procedimentos administrativos disciplinares. O fato gerou tanta polêmica no meio jurídico, que no dia 2 de fevereiro de 2012, o STF deliberou por 6 votos a 5 que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem autonomia para investigar e punir juízes e servidores do Judiciário. Para comentar o assunto, o Informativo IAMG traz nesta edição o advogado, membro do conselho superior do IAMG e Conselheiro Nato da OAB, Aristoteles Dutra de Araújo Atheniense.

Supremo mantém poderes de investigação do CNJ

A maioria dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta quinta-feira manter os poderes de investigação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Por 6 votos a 5, a decisão reconheceu a autonomia do órgão em abrir investigações contra magistrados sem depender de corregedorias locais.

A decisão contraria liminar concedida pelo ministro Marco Aurélio Mello no fim do ano passado, atendendo pedido feito pela AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), que tentava fazer valer a tese de que o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) só poderia investigar magistrados após processo nas corregedorias dos tribunais estaduais.

A discussão girou em torno de duas teses distintas. A primeira, que prevaleceu, afirmava que o CNJ deve ter amplo poder de investigar e, inclusive, de decidir quando os processos devem correr nos tribunais de origem.

Já a segunda tese, encabeçada por Marco Aurélio Mello (relator do caso e autor da liminar que suspendeu, no final de dezembro, os poderes originários de investigação da instituição), afirmava que investigações contra magistrados devem, prioritariamente, ocorrer nas corregedorias dos Estados.

FONTE: TRECHOS DA MATÉRIA PUBLICADA NO PORTAL DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, NO DIA 2 DE FEVEREIRO DE 2012.

Análise da notícia por Aristoteles Atheniense

A decisão do Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a autonomia do Conselho Nacional de Justiça, para promover investigações contra magistrados, sem depender da atuação das Corregedorias Estaduais, merece ser considerada um fato marcante no aprimoramento de nossas instituições.

Foi um passo, a mais, na caminhada que o país exercita, em prol de uma democracia autêntica – e não meramente formal – que tem no Judiciário o seu guardião básico. Nos termos da Constituição de 1988 a sua função não consiste, somente em dirimir conflitos individuais, mas a de promover limitação às frequentes tendências de ilimitação, por parte do Executivo e Legislativo que possam afetar a estabilidade do regime.

O Conselho Nacional de Justiça surgiu em 2005 tendo por escopo coordenar e planejar a Justiça, prestando, assim, um serviço público essencial à manutenção do estado, com as finalidades que lhes são inerentes.

Sucedeu que, desde a sua criação a Associação dos Magistrados Brasileiros e outras entidades de classe, externaram sua desconfiança

quanto ao papel que o CNJ iria desempenhar, temendo que a sua atuação pudesse importar no desprestígio do Judiciário e, em especial, de seus agentes.

A AMB, questionou, desde logo, a possibilidade do CNJ apurar irregularidades cometidas por juízes e desembargadores como se esses devessem subsistir imunes a qualquer sindicância. Havia, assim, um propósito evidente de minar o fortalecimento daquele órgão, desde o seu nascedouro.

O STF ao estabelecer o prazo limite de 140 dias para duração de todo o processo disciplinar, além de conferir ao CNJ competência para regulamentar os procedimentos que os tribunais estaduais venham a adotar na investigação de magistrados, contribuiu para que o Judiciário se tornasse mais transparente e que a imagem dos juízes idôneos não fosse confundida com a daqueles que desmerecem a toga que ostentam.

A decisão da Suprema Corte, merece ser qualificada como julgamento histórico galvanizando o apoio daqueles que vão ao Judiciário, na esperança de este lhes conceda a garantia de que carecem.



ARQUIVO IAMG

“Meu mandato será pautado pela continuidade do trabalho da gestão anterior e atenção especial à formação acadêmica do profissional das carreiras jurídicas”

Presente no Instituto dos Advogados de Minas Gerais desde o início da década de 70, o advogado mineiro Luiz Ricardo Gomes Aranha, foi eleito no dia 2 de fevereiro, por aclamação, como novo presidente do IAMG. O advogado chega à presidência com a promessa de dar continuidade ao trabalho da gestão anterior, comanda pelo jurista José Anchieta da Silva, e atenção especial à formação acadêmica do futuro profissional das carreiras jurídicas.

Nesta entrevista, Luiz Ricardo Gomes Aranha, que assumirá as atividades da presidência no dia 9 de março, destaca as principais medidas administrativas que serão exercidas durante seu mandato no período de 2012 a 2015.

IAMG: Membro do IAMG há muitos anos o senhor teve a oportunidade de acompanhar muitos acontecimentos. Qual avaliação que o senhor faz da entidade nos dias de hoje?

Luiz Ricardo Gomes Aranha: Ingressei no Instituto dos Advogados aproximadamente no início da década de 70. Exerci durante um tempo alguns cargos de direção, mas depois tive que me afastar por diversos motivos. Voltei ao IAMG pelas mãos do advogado Fernando Ribeiro Oliveira que antecedeu o atual presidente José Anchieta da Silva, para cuidar do departamento de Direito Tributário.

Posso dizer que hoje o IAMG é uma instituição muito importante. No seu tempo inicial, por diversas circunstâncias, ele acabava sendo algo muito reacionário. O Instituto cresceu quantitativa e qualitativamente, hoje ele exerce uma posição de representante acadêmico do direito, defendendo os interesses dos advogados mineiros. Vinculado aos demais institutos dos advogados no Brasil através do Colégio de Presidentes, que foi uma ideia colocada em prática por José Anchieta, o IAMG tem voz ativa nas principais discussões acerca de temas que envolvem o direito como um todo. Hoje, ouvir o Instituto e ter o seu apoio é algo muito significativo.

IAMG: Uma das metas do senhor frente à presidência é estreitar as ligações do IAMG com suas seccionais no interior do Estado. Como será realizada essa aproximação?

LRGA: O fortalecimento das quatro unidades do interior (Uberaba e Uberlândia, no Triângulo Mineiro); Juiz de Fora (na Zona da Mata); e Montes Claros (no norte do Estado) do IAMG é uma de nossas prioridades. As seções do interior precisam de mais autonomia financeira e mais facilidades para participar dos eventos realizados na Capital.

Para que isso aconteça pretendemos interiorizar para essas unidades os bons eventos que realizamos em Belo Horizonte. Está em nossos planos, por exemplo, realizar em Montes Claros, o projeto “Causos e Causídicos”. Lá, dois advogados de renome contarão casos interessantes das suas carreiras para a plateia. A data do evento ainda não está definida, mas pretendemos que aconteça em breve.

Queremos incentivar também uma maior participação dos trabalhos jurídicos de advogados do interior nas publicações da Revista do IAMG, mediante a mesma e rigorosa seleção que se faz hoje através do excelente trabalho desenvolvido pelo nosso editor, professor e advogado, Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza.

Essa troca de experiências fará dos institutos dos advogados mineiros mais densos, unidos e mais mineiros como um todo.

Não posso deixar de mencionar que recentemente inauguramos a quinta seccional do IAMG, a do Vale do Aço, que está localizada no município de Ipatinga. Agora vamos centrar esforços também para a criação de uma no Sul de Minas.

Acredito que o Brasil seja qual for sua área de atuação, política, econômica, financeira ou jurídica, precisa voltar-se para as cidades do interior que é o núcleo essencial da nossa verdadeira origem. E nesse sentido não podemos imaginar o Instituto dos Advogados de Minas Gerais sem uma interface bem nítida com suas seccionais no interior.

IAMG: Como será a atuação dessa gestão nos trabalhos desenvolvidos pelo Colégio de Presidentes dos Institutos de Advogados do Brasil?

LRGA: Nosso trabalho vai seguir os mesmos parâmetros que pretendemos desen-

volver nas seccionais do interior, ou seja, dar continuidade ao plano para estreitar as relações do IAMG com Institutos de outros estados. Com esse objetivo foi criado o Colégio de Presidentes dos Institutos de Advogados do Brasil, cujo nosso presidente José Anchieta da Silva, exerceu dois mandatos. A intenção agora é dar personalidade jurídica ao Colégio para que ele possa representar os institutos espalhados pelo Brasil nas diferentes esferas políticas e jurídicas. Dentro desse contexto meu objetivo é que José Anchieta continue como representante mineiro junto ao Colégio.

IAMG: Durante seu último mandato o presidente José Anchieta da Silva tentou viabilizar junto ao governo do Estado uma nova sede para o Instituto. O senhor dará prosseguimento a esta reivindicação?

LRGA: Os laços do Instituto com o governo do Estado também devem ser fortalecidos. A ambição de uma nova sede, mais ampla, principalmente com espaço maior para a biblioteca e o auditório deve ser concretizada com a ajuda do poder público. Desejamos ter uma nova sede com melhores condições de atender o nosso associado até o fim do mandato. Talvez possamos aproveitar um dos espaços desocupados pelo governo na região Centro-Sul após a mudança para a Cidade Administrativa.

IAMG: Também na gestão de José Anchieta da Silva, o IAMG esteve muito presente nas discussões a respeito das reformas política, florestal, penal, do novo Código de Processo Civil e várias outras. Seja participando de audiências ou realizando palestras e encontros o Instituto se manteve atuante. Como será o envolvimento de sua gestão nestes grandes temas?



Luiz Ricardo Gomes Aranha – Advogado e presidente eleito do Instituto dos Advogados de Minas Gerais

LRGA: Mais uma vez volto a afirmar que minha gestão será de continuidade do excelente trabalho desenvolvido por José Anchieta. Em nenhum momento deixarei de ter esse norte em minha mente. Estaremos sempre atentos para agir preventivamente a favor dos interesses da população nos assuntos jurídicos. Em questões polêmicas, como por exemplo a questão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da obrigatoriedade do exame de Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, somos e seremos atuantes para evitar que, em algum momento, um movimento oportunista tente novamente descaracterizar essas instituições.

Todas as propostas da nova administração deverão fazer parte de um plano trienal a ser estabelecido sempre no início de cada período. Ainda é uma de nossas ideias transformar 2012 em o ano temático da educação e cultura dentro do Instituto. O Brasil é carente nessas áreas. O IAMG tem como função exercer a Política com “P” maiúsculo, por isso vou propor, já na primeira reunião da nova presidência, a “tematização” do ano. Todas as nossas atividades terão uma face voltada para essa dimensão. Também estaremos envolvidos com a formação do futuro advogado.

O ensino de direito no Brasil foi precarizado com a abertura indiscriminada de novas escolas. Sou a favor da abertura de faculdades no interior desde que tenham estrutura física e bons professores. O curso de direito vai além da formação de novos advogados. Ele é um curso universal que age como uma porta para disseminação da cultura. Vamos lutar para que o parecer da Ordem tenha valor de voto para a abertura e manutenção dos cursos de direito no Brasil.

IAMG: Na opinião do senhor qual o maior desafio hoje para os advogados de Minas e do Brasil?

LRGA: O grande desafio para os advogados é o mesmo para os cidadãos deste país, que é a concretização de três reformas mais que urgentes: a reforma política, a reforma tributária e a reforma do Poder Judiciário. Na vida política e nas questões de tributação, temos o real brigando com o formal em situações das mais complicadas, com uma estrutura questionável de Federação em que a União depende dos estados, os estados que dependem dos municípios e os municípios que, por sua vez, dependem das verbas da União e

dos estados. Já o Poder Judiciário carece de uma reforma completa, até porque tem se consolidado uma situação absurda em que os bons vencimentos atraem, para o exercício da função de juiz, pessoas que não têm nenhuma vocação e nenhuma condição para exercer o cargo.

Com os advogados isso também ocorre, porque os profissionais estão cada vez piores, com formação cada vez mais deficiente. Mas com os juizes a situação é pior, porque é o juiz quem decide.

IAMG: Para finalizar, qual a expectativa do senhor frente à presidência do IAMG?

LRGA: Minha expectativa é de ter forças para ousar. No passado, quando fui presidente de algumas instituições sempre ousei muito. Pretendo seguir dessa forma com minha equipe, o vice presidente, Nilson Reis, que é um notável desembargador e os jovens e competentes advogados Jean Carlos Fernandes, Bruno Rocha e Felipe Pinto. Vou continuar com esse mesmo estilo.

Presidente José Anchieta da Silva encerra mandato no Instituto dos Advogados de Minas Gerais contabilizando grandes eventos e parcerias

Após ocupar durante seis anos o cargo mais alto do IAMG, o advogado José Anchieta da Silva conclui suas atividades com o sentimento de dever cumprido. Ao longo de todo esse período o presidente somou ao seu mandato diversos eventos, projetos e inúmeras parcerias que reforçaram a importância e a credibilidade que a Instituição tem no meio jurídico mineiro e brasileiro.

Segundo o presidente, o destaque de todo o seu mandato foi a forma de governar. "Posso dizer que este foi um governo coletivo, o Instituto saiu de uma respeitabilidade que ele sempre teve para uma respeitabilidade com mais visibilidade. Seja participando, realizando ou apoiando, o IAMG esteve presente em todos os acontecimentos significativos para as carreiras jurídicas, mas principalmente para a advocacia em Minas Gerais, no Brasil e até mesmo no exterior. Participamos, por exemplo, de encontros em Paris, Lisboa e Argentina. Para se ter uma ideia de tudo o que foi concretizado durante minha gestão tivemos em todos os anos, no mínimo, dois congressos e cursos. Em 2010, foram mais de 100 realizações, uma média praticamente de dois a três eventos por semana", aponta.

Para José Anchieta da Silva, é muito difícil salientar um dentre tantos projetos que o Instituto dos Advogados efetivou nos últimos seis anos, mas chama atenção para os dois mandatos que também exerceu no Colégio de Presidentes dos Institutos de Advogados do Brasil. "O Colégio foi o meio que encontramos de unir todos os Insti-



Advogado José Anchieta da Silva assumiu, em 2009, a presidência do Colégio de Presidentes dos Institutos de Advogados do Brasil.

tutos do país. Hoje temos 18 entidades atuantes no Brasil, mas brevemente teremos em todos os estados. Nosso trabalho é discutir uma pauta que seja única para todos e quando falamos em pauta única estamos nos referindo aos grandes temas do Direito como a reforma constitucional, a nova codificação para o Código de Processo Civil, dentre vários outros", explica.

Diante de tudo o que foi construído, o presi-

dente do IAMG registra sinceros agradecimentos. "Eu quero agradecer a todos associados, diretores, aos conselhos superior e fiscal, à comissão de seleção de candidatos ao Instituto, aos colaboradores e parceiros, enfim, a todos que estiveram conosco. Lembrando que o nosso trabalho foi principalmente o de preparar o Instituto de Minas para a celebração de seu centenário que se iniciará daqui a dois anos".

Primeiro mandato

O primeiro mandato de José Anchieta foi no triênio 2006/2008. Nesses três anos frente à presidência do Instituto os projetos de destaque foram:

2006 Instituição do Ano Temático - projeto cívico de interesse do cidadão que consistiu em debater temas urgentes e necessários da realidade sócio-econômica-política do país. O ponto central da primeira edição foi a segurança pública dando enfoque ao tema "Cidadania é Segurança". Criação do projeto "Cinema & Direito" e em parceria com o IEC/PUC MINAS, o Curso de Direito Tributário.

Realização da sessão solene ao Centenário do Presidente Affonso Augusto Moreira Penna - eleição e posse. Promoção do seminário "Um ano de vigência da nova Lei de Falências - Recuperação Judicial".

Abertura do Simpósio "Criminalidade e Violência" ocorrido no ano de 2007



2007 Encerramento do Ano Temático com a realização do Simpósio "Criminalidade e Violência: Políticas Públicas de Combate". Participação no 3º Congresso Mineiro de Direito Municipal, Congresso Nacional de Jovens Advogados, Congresso Mineiro de Segurança Pública, Seminário 30 Anos da Lei das Sociedades por Ações, homenagem aos 97 anos da República Portuguesa.

2008 Solenidade em Comemoração aos 93 anos da instituição, marcada pela entrega do primeiro ciclo da Medalha do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Parceria com o jornal Estado de Minas incluindo a participação de diretores e membros do IAMG no caderno Direito & Justiça. Criação do projeto "Causos e Causídicos". Realização do Seminário 20 anos da Constituição de 1988, coordenado pelo Departamento de Direito Constitucional; sessões do evento Cinema & Direito; Fórum Reforma Processual Penal e o Congresso Nacional de Ciências Criminais.

Segundo mandato

No segundo mandato – triênio 2009/2011 a agenda de eventos foi intensificada e marcada sobretudo pela presença do Instituto nas discussões mais significativas acerca do Direito, como o anteprojeto do novo Código de Processo Civil; as reformas política, florestal, penal; a obrigatoriedade do exame de Ordem, a PEC dos Recursos e a mais recente polêmica envolvendo o Conselho Nacional de Justiça.



Inauguração da Sala Affonso Penna Júnior em Santa Bárbara (MG)

2009 Reeleição do presidente José Anchieta da Silva. Transferência dos restos mortais do presidente Affonso Penna do Rio de Janeiro para Santa Bárbara. Comemoração ao centenário de falecimento de Affonso Penna com a inauguração do Memorial Affonso Penna, em Santa Bárbara. Realização de sessão especial do projeto Cinema & Direito, que fez desagravo à família dos irmãos Neves. Efetivação do Seminário Primeiros Passos na Advocacia, da mesa redonda Nova Lei de Mandado de Segu-



Seminário 20 anos da Constituição de 1988 que homenageou o professor Raul Machado Horta

rança e Lei do Estágio Profissional, do Simpósio de Ciências Criminais, do Seminário Novo Marco Regulatório da Mineração, dentre outros.

2010 Participação do IAMG nas audiências públicas do novo Código de Processo Civil (CPC), assim como a promoção de eventos e reuniões em torno do mesmo tema. Criação da Comissão Especial do IAMG para acompanhar as discussões a respeito do anteprojeto e criação do Movimento "Queremos Vista".

Outros trabalhos marcaram com êxito as atividades do Instituto neste ano, a saber: a inauguração da Sala Affonso Penna, em Santa Bárbara; o seminário Práticas Processuais por Meio Eletrônico; o Ciclo de Debates – Legislação e Eleições 2010; o seminário Estrutura de Negócios em Mineração; o I Simpósio Sulamericano de Políticas sobre Drogas: crack e cenários urbanos.

2011 Criação da Comissão Especial do IAMG para acompanhar as discussões a respeito da Reforma Política com a realização de quatro almoços ao longo do ano e a ilustre presença dos palestrantes: jornalista Carlos Lindenberg, ministro Almino Affonso, professor Sacha Calmon e jornalista Mauro Santayana. Reunião do Colégio de Presidentes dos Institutos dos Advogados do Brasil promovido em Minas Gerais; homenagem ao centenário de três grandes juristas, sendo eles: Darcy Bersone, San Tiago Dantas e José Cabral. Realização do primeiro evento da Comissão de Novos Advogados do IAMG, intitulado "O Direito na Pós-Modernidade".



Audiência pública sobre o novo Código de Processo Civil realizada no auditório do Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Instituição jurídica mais antiga do estado completa 97 anos

Comemoração será marcada pela entrega da Medalha IAMG, posse da nova diretoria e de novos associados

O Instituto dos Advogados de Minas Gerais completou no dia 7 de março, 97 anos de fundação. Para celebrar a data, está agendada para o dia 9 deste mesmo mês, sessão solene, quando será entregue a Medalha do IAMG e empossados os membros da diretoria, conselhos e diretores de departamentos eleitos para a gestão do triênio 2012/2015, de acordo com eleições ocorridas em fevereiro. A cerimônia será no Automóvel Clube de Minas Gerais (Avenida Afonso Pena, 1394), a partir das 19 horas, e contará ainda com a posse de novos associados.

Dentro das comemorações também serão condecorados os sete profissionais escolhidos para receberem a Medalha do IAMG. Os agraciados com a comenda do Instituto e sua respectiva categoria este ano são: Jacob de Castro Máximo (Advogado), Bruno Terra Dias (Magistratura), João Batista Villela (Magistério Jurídico), Tomás de Aquino Resende (Ministério Público), Jairo Lellis (Polícia Civil), Bruno Azalim Rodrigues da Costa (Servidor da Jusitça) e Geraldo Dias de Moura Oliveira – in memoriam (Homenagem Especial).

ÉLCIO PARAÍSO



Comenda será entregue este ano a sete expoentes das carreiras jurídicas

Aniversário será regido pela Orquestra Jovem de Viola Caipira

Para celebrar seus 97 anos de fundação o IAMG apresentará a Orquestra Jovem de Viola Caipira, fruto do projeto Luthier - Arte Ofício Cidadania, desenvolvido no município de Barão de Cocais, por Pedro Alexandrino. De acordo com o luthier, Alexandrino, a apresentação será dividida em dois momentos, no primeiro as crianças tocarão o Hino Nacional e logo depois as 25 crianças que estarão representando a Orquestra mostrarão um repertório composto de músicas caipiras de raiz e também algumas canções clássicas desse mesmo estilo.

Desde abril de 2006, o projeto Luthier acolhe por ano cerca de 40 jovens de baixa renda ou em vulnerabilidade social, na faixa de 09 a 18 anos, que vem recebendo gratuitamente, informações teóricas e práticas sobre todo o contexto que envolve a arte da luteraria (construção de instrumentos musicais de cordas que possuem caixa de ressonância). Escolha da madeira, métodos de cortes, técnicas utilizadas em máquinas e ferramentas, aprimoramento da habilidade manual, noções de física, matemática, mecânica, química, conceitos da utilização de instrumentos de medição de precisão, utilização de equipamentos de segurança, entre outros, são conteúdos ensinados a estes jovens, além da formação de valores e virtudes.

Como parte da disciplina formadora do profissional em luteraria, os jovens recebem aulas de musicalização, o que resultou na formação da primeira e única Orquestra do mundo de viola caipira de Jovens Luthier's, que constroem seus instrumentos totalmente com madeiras de reflorestamento.

Parte dos trabalhos desenvolvidos pelo projeto foi registrada no livro Luthier – Arte Ofício Cidadania e no livro/CD Luthier Arte Ofício Cidadania – Barão de Cocais.

DIVULGAÇÃO PROJETO LUTHIER



Projeto Luthier tem como ferramenta de trabalho a promoção cultural e inclusão social

Eleições IAMG – Triênio 2012/2015

DIRETORIA

Presidente: Luiz Ricardo Gomes Aranha
Vice-Presidente: Nilson Reis
Primeiro Secretário: Felipe Martins Pinto
Segundo Secretário: Jean Carlos Fernandes
Tesoureiro: Bruno Rocha Cesar Fernandes

CONSELHO SUPERIOR

1 – Adhemar Ferreira Maciel
2 – Aristoteles Dutra de Araújo Atheniense
3 – Carlos Mário da Silva Velloso
4 – Eugênio Klein Dutra
5 – Orlando de Oliveira Vaz Filho

COMISSÃO DE SELEÇÃO

1 – Bernardo Ribeiro Câmara
2 – José Brígido Pereira Pedras Júnior
3 – Lúcia Massara
4 – Maria Isabel Vianna de Oliveira Vaz
5 – Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza

CONSELHO FISCAL

1 – Alexandre Figueiredo de Andrade Urbano
2 – Maria Celeste Morais Guimarães
3 – Ely Braga

CONSELHO FISCAL – SUPLENTES

1 – Evandro França Magalhães
2 – José Marrara
3 – Maurício Cerqueira Monducci

Instituto realiza Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

No dia 7 de março, o IAMG promoveu Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária. Foram convocados todos os associados da instituição para deliberarem sobre a seguinte pauta: em assembléia ordinária – as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 e em assembléia ex-

traordinária – ratificar as demonstrações financeiras dos exercícios de 2006 a 2011; discutir as modificações propostas ao Estatuto Social do Instituto; promover modificações no Regime Interno do IAMG e debater sobre a abertura da seccional do Instituto no Vale do Aço e futuramente no Sul de Minas.

Livro homenageia o advogado Aristoteles Atheniense



DIVULGAÇÃO

O ilustre advogado e membro do conselho superior do IAMG, Aristoteles Dutra de Araújo Atheniense, foi homenageado no dia 29 de fevereiro, no Automóvel Clube de Minas Gerais, com o lançamento da obra "Advocacia nos Tribunais".

Coordenado pelas advogadas Maria Fernanda Pires de Carvalho Pereira e Raquel Dias da Silveira, e escrita por vários autores renomados no Direito, o livro volta-se às questões jurídicas que envolvem o processo civil. O estudo aborda temas que afetam diretamente o dia a dia daqueles que mourejam junto aos Tribunais. Nesta obra os leitores terão a oportunidade de conferir assuntos importantes como o acompanhamento processual das demandas nos Tribunais, a significação dos memoriais em casos ligados à segunda instância, bem assim a relevância das sustentações orais, quer nos Tribunais em geral e mesmo nos chamados arbitrais, todos eles tratados com argúcia e percuciência.

"Advocacia nos Tribunais" – Homenagem a Aristoteles Atheniense está a venda principalmente nas Livrarias Del Rey (Av. Contorno, 4355 – Rua Goitacases, 71, Lj 20/24 e Rua Guajajaras, 285), e também pelo site: www.livrariadelrey.com.br.

20º Aniversário da Escola de Governo – Professor Paulo Neves de Carvalho

No dia 28 de fevereiro foi realizada a cerimônia de abertura do Ano Comemorativo do 20º Aniversário da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Durante a solenidade houve entrega de placas em homenagem aos ex-presidentes da Fundação João Pinheiro e aos ex-diretores da Escola de Governo.

Até o dia 14 de dezembro de 2012 a Escola de Governo irá promover uma série de seminários acadêmicos e diversificadas atividades. O objetivo do Ano Comemorativo é resgatar aspectos históricos da EG e sua filosofia de ensino, assim como estreitar as relações com entidades semelhantes no Estado e ampliar o conhecimento sobre as políticas desenvolvidas em outras instituições do país.

Eleições TRE-MG

No dia 8 de fevereiro, o desembargador e associado do IAMG, José Altivo Brandão Teixeira, tomou posse como presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG). Na mesma ocasião, o desembargador Antônio Carlos Cruvinel foi empossado nos cargos de vice-presidente do Tribunal e de corregedor regional eleitoral.



Luiz Fernando Valladão lança duas obras em Uberlândia



ARQUIVO PESSOAL

O diretor do IAMG, Luiz Fernando Valladão Nogueira, lançou no dia 2 de fevereiro, na Livraria Jurídica Universal, em Uberlândia, duas obras "Recurso Especial – 2ª edição" e "Divórcio – Inovações e consequências da EC 66/2011".

A primeira publicação traz, já considerando as modificações advindas da EC 45, as mais recentes leis processuais, como as Leis nº 11.672/08 e 12.322/10, e conceitos necessários ao enfrentamento do tema.

Já o segundo livro, "Divórcio – Inovações e consequências da EC66/2011" escrito por profissionais da área, professores e membros do IBDFAM-MG, defende a tese de revogação do instituto da separação.

Instituto inaugura sua quinta seccional no interior de Minas

Com um público de aproximadamente 200 pessoas foi aberta no dia 10 de fevereiro, na região metropolitana do Vale do Aço, em Ipatinga, a quinta seccional do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. A cerimônia presidida pelo presidente do IAMG, José Anchieta da Silva, reuniu advogados, magistrados, juizes e estudantes de Direito.

A seccional do Vale do Aço será presidida pelo advogado e associado do IAMG, Jorge Ferreira S. Filho e funcionará na Rua Euclides da Cunha, 62 – bairro Cidade Nobre. A ação faz parte do projeto de interiorização do IAMG – iniciativa criada durante a gestão do presidente José Anchieta da Silva. Hoje a entidade está presente em quatro cidades mineiras: Uberaba, Juiz de Fora, Uberlândia e Montes Claros. A intenção do instituto é se aproximar cada vez mais das seccionais no interior e centrar esforços para instituir futuramente uma nova seccional, desta vez no Sul de Minas.

Em Ipatinga, a sede do Instituto vai oferecer palestras e cursos, estando apta a receber até 60 pessoas. Segundo o

presidente Jorge Ferreira, sua expectativa está centrada em duas vertentes: a primeira é fomentar as atividades intelectuais dos profissionais do direito da região metropolitana do Vale do Aço - RMVA - no que concerne à promoção do estudo do Direito e a difusão do conhecimento jurídico em benefício da sociedade; a segunda é dar continuidade à obra desenvolvida pelo presidente José Anchieta da Silva, durante seus dois mandatos, no sentido de divulgar as atividades do IAMG de forma a consolidá-lo no meio jurídico.

A criação da instituição no Vale do Aço vai promover benefícios não só para a cidade de Ipatinga, mas também para todos os municípios locais, como destaca o advogado Ferreira: “acredito que será um leque de positivas contribuições, pois a nova seccional será um pólo de concentração das colaborações individuais de todas as pessoas que lidam com as questões do direito na nossa região. Temos vários juizes (justiça estadual, federal e trabalhista), promotores de justiça, advogados com rica experiência, professores universitários, procuradores e

brilhantes alunos. Todos poderão cooperar com ideias, sugestões práticas e críticas construtivas”.

De acordo com o presidente Jorge Ferreira, parcerias com os órgãos da cidade, faculdades e a OAB serão estimuladas e concretizadas. “No tocante à OAB percebo que será extremamente útil para os advogados e estudantes de direito um trabalho conjunto entre a seção e a Escola Superior de Advocacia da Ordem dos

Advogados do Brasil (ESA), haja vista o conjunto de objetivos institucionais semelhantes. Importante observar também que o IAMG tem por objetivo permanente incentivar a atualização dos métodos de trabalho dos advogados, escopo este que se coaduna com um dos fins institucionais da OAB, ou seja, o de pugnar pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas (art. 44 da lei 8.906/94)”, conclui.



FOTOS: WOLMER EZEQUIEL

Presidente da seccional do Vale do Aço, Jorge Ferreira, discursa em noite de inauguração

Primeiros associados são empossados

Durante a solenidade o público presente conferiu a posse dos primeiros associados da seccional do IAMG no Vale do Aço. Entre eles estão: Breno Inácio da Silva, Dahyana Siman Carvalho da Costa, Dábio Torres de Sousa, Hiltomar Martins Oliveira, Jésus Nascimento da Silva, José Geraldo Hemétrio e Leonardo Augusto Pires Soares. Confira ao lado o depoimento de alguns dos empossados:

JÉBUS NASCIMENTO DA SILVA Diretor da Faculdade de Direito de Ipatinga

Ter uma entidade com quase 100 anos e de tamanho reconhecimento na área como o IAMG é um grande prestígio para todos nós da região, ficamos profundamente agradecidos. Tenho certeza que essa iniciativa dignifica e vai trazer importante evolução no conceito de educação no município. Acredito também que vai trazer um grande benefício para a justiça, para nossos alunos de direito e para o enriquecimento e aperfeiçoamento da cultura jurídica.



DAHIANA SIMAN CARVALHO DA COSTA Advogada e docente

Minha expectativa é que possamos trazer o auxílio do Instituto para desenvolvermos mais o ensino jurídico nas três faculdades da região. Além de termos condições e possibilidades de promovermos eventos, estudos específicos, congressos e publicações. Esperamos que toda a comunidade jurídica do Vale do Aço, que hoje é grande em função da formação de novos juristas todos os anos, atue juntamente conosco nesta grande realização.

FÁBIO TORRES DE SOUSA Magistrado

A abertura da seccional do IAMG no Vale do Aço mostra o reconhecimento e a importância da região dentro do ensino jurídico no estado de Minas Gerais e traz um instrumento novo que é o debate acadêmico dentro dos vários segmentos da área jurídica. Precisamos reviver o direito de forma ampla e próxima daquele que é seu destinatário maior, o cidadão.



Colégio de Presidentes dos Institutos de Advogados do Brasil lança terceira publicação intitulada “O novo Processo Civil”

Dentre os vários eventos que serão promovidos no aniversário de 97 anos do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, no dia 9 de março, está o lançamento do livro “O novo Processo Civil”, obra do Colégio de Presidentes dos Institutos de Advogados do Brasil.

O volume foi organizado por José Anchieta da Silva, presidente do IAMG e ex-presidente do Colégio e contou com a coordenação geral de Hélio Rubens Batista Ribeiro Costa, secretário do Colégio e do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). No âmbito do IAMG os trabalhos foram coordenados pelos advogados Alexandre Figueiredo de Andrade Urbano e Luiz Fernando Valladão Nogueira. Ao todo são 50 colaboradores dos Institutos de São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Goiás.

De acordo com o coordenador geral, Hélio Rubens, foram abordados temas do processo civil tratados no projeto de Código, além de assuntos processuais autônomos, como a sistemática de julgamento virtual pelos Tribunais e a Proposta de Emenda Constitucional apresentada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso, por meio da qual pretende-se a modificação do recurso extraordinário. “A obra traz a íntegra da exposição de motivos de “substitutivo” de projeto de Código apresentado por professores ligados ao Instituto Brasileiro de Direito Processual. Dois artigos versam sobre “Arbitragem”, importante instituto alternativo de solução de conflitos”, revela.

O trabalho integra coleção do Colégio de Presidentes dos Institutos dos Advogados do Brasil, cujas edições anteriores trataram sobre “Ensino Jurídico” e “Valorização da Advocacia”, organizados por Maria Odete Duque Bertasi, ex-Presidente do IASP e do Colégio.

Publicado pela LEX Editora, a tiragem da primeira edição contará com cinco mil exemplares. “O livro será distribuído aos associados dos Institutos e às autoridades dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo como forma de colaboração do Colégio para a elaboração do projeto de Código de Processo Civil, do qual participou ativamente com presença nas Audiências Públicas realizadas pelo Senado e pela Câmara de Deputados. Além disto, servirá como importante ferramenta para o estudo e aplicação dos institutos tratados no projeto de CPC, sendo das primeiras obras sobre o tema”, afirma o coordenador geral.

Para o advogado José Anchieta com mais esta publicação o Colégio de Presidentes dá sinal de sua consolidação e passa para a comunidade jurídica, a certeza de que, como organizações de caráter científico e cultural, os Institutos não renunciarão aos seus imperativos estatutários de pensar o direito e de contribuir no aprimoramento das instituições.

DIVULGAÇÃO COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS INSTITUTOS DE ADVOGADOS DO BRASIL



AGENDA SECCIONAIS

No dia 2 de fevereiro, ocorreram também as eleições para definição das diretorias das quatro seccionais do IAMG no interior. Os presidentes eleitos foram Leonardo Alves Canuto (Uberlândia), Danilo Pereira Borges (Montes Claros), Fernando Fonseca Rossi (Uberaba) e Israel Carone Rachid (Juiz de Fora). Veja abaixo as propostas de alguns dos representantes eleitos:

Uberlândia

Durante seu mandato, o presidente Leonardo Alves pretende realizar eventos jurídico-pedagógicos em parceria com as faculdades de Direito da região, promovendo palestras e debates sobre temas de interesse da comunidade jurídica e dos cidadãos em geral. Segundo Alves, sua gestão será democrática e participativa e terá como principal meta a ampliação do número de associados e da atuação do IAMG em Uberlândia.

Uberaba

Membro atuante do IAMG, o presidente eleito Fernando R. Rossi, afirma que uma de suas propostas é manter o aspecto cultural que já vem sendo desenvolvido na seccional por meio da promoção de cursos e palestras. O advogado ainda ressalta que futuramente a ideia é disponibilizar aos profissionais do Direito da região um curso de extensão sobre responsabilidade civil. Para o segundo semestre está agendada a sexta edição do Congresso de Direito Processual de Uberaba. O encontro é considerado pelos juristas um dos mais importantes no circuito nacional.

Como diretor da renomada Revista Brasileira de Direito Processual, Rossi pretende abrir espaço para os associados do IAMG que tenham interesse em publicar artigos jurídicos.

Juiz de Fora

“Como professor sempre busquei levar experiência e conhecimentos reais para os meus alunos, e é esta a minha principal meta como presidente da seccional de Juiz de Fora. A cidade possui oito faculdades de direito, com isso pretendo realizar debates com profissionais gabaritados na área, aumentando a qualidade dos formandos. Minha principal expectativa é ampliar a integração entre o IAMG e a seccional de Juiz de fora, juntamente com a OAB, para elevarmos o ensino do direito em Minas Gerais”, ressalta Israel Carone.

Novo mandato, novos desafios, mas a mesma missão

por Felipe Martins Pinto*



No dia 02 de fevereiro último, foi eleita a nova Diretoria do Instituto dos Advogados de Minas Gerais – IAMG, para o triênio 2012/2015, encabeçada pelo Advogado Luiz Ricardo Gomes Aranha.

O comparecimento maciço dos associados na eleição, apesar de ter se inscrito apenas uma chapa e o descortinar de um novo mandato, deflagram a oportunidade de se revigorar a missão do Instituto, cunhada em sete de março de 1915 por 46 luminares do Direito, dentre os quais merecem especial menção os Professores da vetusta Casa de Afonso Pena: Afonso Pena Júnior, Afrânio de Mello Franco, Edmundo Pereira Lins, Estevão Leite de Magalhães Pinto, Francisco de Assis Corrêa, Gudesteu de Sá Pires, Jacques Dias Maciel, Juscelino Barbosa, Levindo Ferreira Lopes, Lincon Prates, Mendes Pimentel, Raphael Almeida Magalhães, Raul Soares de Moura, Camilo de Brito e Rodolpho Jacob.

Liderado por Mendes Pimentel, o primeiro presidente, o IAMG se impôs, além da criação da Ordem dos Advogados, o desenvolvimento de tarefas culturais, sempre com o objetivo de aperfeiçoar a ordem jurídica e efetivar a justiça no meio social.

Dentre inúmeras virtudes, as gestões 2006-2009 e 2009-2012 que tiveram à frente a liderança dinâmica e arrojada do Advogado José Anchieta da Silva sobressai a capacidade de agregar novos associados, especialmente a habilidade de motivar a participação de jovens profissionais do Direito que, após superarem a criteriosa seleção para ingres-

so, tiveram a oportunidade de conviver e aprender com exponenciais do Direito que têm promovido a difusão dos conhecimentos jurídicos, a busca pela realização da justiça social e cunhando a marca do Instituto nas discussões jurídicas mais relevantes do país e assim, pôde-se testemunhar uma vigorosa e alvissareira renovação dos quadros, mas sempre com a correspondente reafirmação dos princípios e objetivos que têm norteado toda a história do IAMG.

O incremento do número de associados ocorre em um momento extremamente propício para a consecução da missão cultural do Instituto, pois se vive uma degradação da formação do profissional do direito.

Salta aos olhos o corriqueiro e nefasto hábito, presente em bancos universitários e na prática forense, de menosprezar a necessidade de compreensão dos institutos jurídicos que, não raro, são definidos a partir de *clichês*, fórmulas prontas pronunciadas com grande impetuosidade, entusiasmo e com a autoridade da fiel reprodução da fórmula petrificada, fruto de uma primorosa capacidade de memorização *ipsis literis* das palavras mecanicamente pronunciadas pelos “mestres do conhecimento”.

A tendência mecanicista do Direito gera um conhecimento divorciado da realidade dos discentes os quais, desmotivados pela incapacidade de alcançarem respostas para os conflitos que permeiam o seu cotidiano, entregam-se à engrenagem de produção de um saber descontextualizado, incoerente e distorcido.

Dessa forma, grande parte da massa de

egressos dos cursos de Direito, não ultrapassam a condição de mal memorizadores que tentam repetir fórmulas prontas, respostas pré-concebidas, conceitos petrificados, verdadeiros bonecos de ventrículo, que, ao movimentarem a boca, pronunciam apenas palavras de terceiros, muitas vezes de maneira errada. E, nos casos em que os cinco anos do processo de memorização são insuficientes para o ingresso nas carreiras jurídicas, o egresso recorre ao reforço de macetes em cursos preparatórios para concursos.

E, assim, o operador do Direito, forma-se, ou é formado, ou ainda melhor, é conformado, desde as carteiras universitárias às falaciosas idéias de neutralidade e imparcialidade do Direito e, conseqüentemente, o poder jurídico-político passa a se autolegitimar, ainda que não o faça de uma maneira explícita, ignorando conteúdos externos e, muitas vezes, mascarando a verdadeira feição da realidade.

Forçoso concluir que o cenário descrito, de formação massificada do profissional do Direito, conclama o IAMG a incrementar o aprofundamento no estudo do Direito e a sua contextualização com as circunstâncias históricas, políticas, sociais, econômicas, sempre guiado pelo modelo de Estado adotado pela Constituição de 1988, centrado na dignidade humana, na liberdade individual e no exercício democrático do poder estatal.

*DIRETOR 1º SECRETÁRIO DO IAMG; PROFESSOR ADJUNTO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL NA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG; MESTRE E DOUTOR EM CIÊNCIAS PENAS PELA UFMG.